

---

# Educação para as elites, escola para os vadios e violência para todos

José Luís Simões

Doutor em Educação – Unimep;  
Graduado em Educação Física – Unesp;  
Professor do Centro de Educação – UFPE.  
Recife – PE [Brasil]  
joseluis2711@yahoo.com.br

Neste texto, discutimos o problema da violência escolar como parte do processo de civilização. Entendemos que não foi a escola que se tornou mais violenta do que no passado; a escola pública ampliou seu acesso, incorporou segmentos sociais que anteriormente eram excluídos das oportunidades de acesso à educação formal e, por fim, adentrou no cotidiano de violências que assolam especialmente as grandes cidades brasileiras. O sistema escolar brasileiro se dividiu em dois: a escola pública, de qualidade precária e espalhada em praticamente todas as periferias das grandes cidades, atendiam os filhos de pobres; por oferecer uma educação de melhor qualidade, as escolas privadas, mais procuradas, eram freqüentadas pelos filhos das elites. O sistema escolar compôs, assim, o processo de transformação do Brasil em “berlândia”, belga para poucos e indiano para a maioria da população.

**Palavras-chave:** Elites. Escola. Vadios. Violência.

---

## 1 A escola surge num contexto social impregnado de violência

A vivência cotidiana nas escolas brasileiras possibilita novas experiências e conhecimentos, não somente aos alunos, mas, especialmente, aos pesquisadores da educação e educadores. A relação professor-aluno não deve pautar-se somente pela assimilação dos conteúdos pedagógicos, isso porque a escola não é uma ilha, impermeável à dinâmica da sociedade, mas participa tenazmente do devir da comunidade em que se insere. Assim, o cotidiano nas escolas representa uma parcela da vida que perfaz uma sociedade cada vez mais complexa.

Dizemos isso para iniciar esta pesquisa, defendendo a idéia de que não há tanta violência nas escolas como o senso comum e a imprensa costumam perceber. Afinal, a violência, os comportamentos agressivos e o suplício do corpo sempre existiram e em proporções muito maiores, se fizermos uma análise histórica, como a empreendida por Michel Foucault em 1999<sup>1</sup>.

O que acontece nas escolas é o reflexo daquilo que se opera no tecido social. A violência também é um elemento cultural, uma reação comportamental que simboliza, ao mesmo tempo, demonstração de força, busca por afirmação social e luta pela sobrevivência. Enfim, uma estratégia de disputa por oportunidades.

Pensando os processos que culminam na organização societária, Max Weber aponta a violência como instrumento permanente nas sociedades, especialmente por expressar as disputas pelo poder. Para Weber (1972, p. 171), o Estado representa “[...] o domínio do homem pelo homem baseado nos meios da violência legítima, quer dizer, supostamente legítima [...]”. O tema violência perpassa pela história da humanidade, é um componente

intrínseco ao ser humano e a todas as sociedades do presente ou do passado. Norbert Elias (1980)<sup>2</sup> entende que é missão da sociologia identificar o que há de comum em todas as sociedades humanas possíveis. E a violência física é um desses elementos que extrapolam os milênios, séculos e as gerações de seres viventes.

Assim, o pronto raciocínio no sentido de argumentar que a violência nas escolas aumentou é, no mínimo, a-histórico e, apenas, emergente. Esse raciocínio não compreende a visão de processo. Segundo Elias (1994), violência e civilização não são antíteses. Não é a violência que entrou nas escolas brasileiras, mas o contrário. As escolas foram construídas e inauguradas no âmbito de uma sociedade que, historicamente, carrega “no seu bojo” padrões de violência aceitáveis e não aceitáveis socialmente.

A História do Brasil também é a história das violências que permearam o vir-a-ser da população desde o processo de colonização. Os bandeirantes extirparam milhares e milhares de índios. A escravidão supliciou os negros. Mesmo com o advento da República, já no final do século XIX, as más condições de vida e a falta de oportunidade para os negros e imigrantes pobres foram fatores que alimentaram o caldo cultural de violência no país. Florestan Fernandes (1978) observou que, apesar de libertos fisicamente, os negros continuaram em estado de “escravidão moral”, vitimados pela ordem social e econômica que não lhes oferecia acesso ao trabalho e condições de viver com dignidade.

A República Velha serviu aos interesses dos cafeicultores. Os negros, os imigrantes pobres, os vadios e os sem-escola compunham a massa que disputava as escassas oportunidades de trabalho e lutava pela sobrevivência. A escola era artigo de luxo. O Brasil era composto de muitos analfabetos

---

que, sem direito ao voto, assistiam bestializados às articulações das elites ilustradas e a seu conagração em rituais que celebravam a busca pelo progresso e pela modernização do país<sup>2</sup>.

Pesquisando casos de violência durante a República Velha no Estado de São Paulo, mais precisamente na cidade de Piracicaba, percebemos que a maioria deles tinha como protagonistas os negros ou imigrantes pobres. A violência era um problema social crônico nesse período. Eram constantes e comuns os roubos e furtos de cavalos e galinhas, as invasões de domicílios, a prisão de indivíduos embriagados e vadios, os conflitos armados etc. A violência física cotidiana, que vitimava, principalmente, os mais pobres, era subproduto das relações que se estabeleciam na cidade e da estrutura psicológica dos indivíduos que a habitavam.

Não havia violência nas escolas, que eram escassas e freqüentadas, majoritariamente, pelos filhos das elites e pelos cidadãos que conseguiam alcançar um padrão razoável de condições de vida, que conseguiam trabalho, um pequeno comércio, enfim, que participavam da sociedade produtiva. Isso lhes possibilitava o acesso à educação formal para seus filhos, visto que, por serem raras as escolas públicas, as instituições privadas supriam a ausência do Estado na tarefa de oferecer acesso à educação formal.

A violência acontecia nas praças, nas ruas e nas fazendas da cidade. O ajuntamento de indivíduos em praças públicas, sem trabalhos fixos e desprovidos de renda, tema recorrente na imprensa local, era considerado caso de polícia. Os filhos dos vadios não conseguiam vagas nas escolas, o que aprofundava a desigualdade em termos de acesso à educação e, conseqüentemente, alimentava um ciclo vicioso: quem nascia pobre vivia pobre, envelhecia e morria pobre. A pobreza associava-se sub-repticia-

mente à vadiagem que produzia as manifestações de violência e de desregramento social.

As escolas estavam protegidas, pois eram castelos que abrigavam os poucos privilegiados. Para ladrões, desocupados e desafortunados, a ociosidade era a regra e alguns atrativos estavam nas ruas e nos domicílios alheios.

Avançando no tempo, notamos que, atualmente, vivemos uma realidade completamente distinta. As oportunidades de acesso à educação formal ampliaram-se como nunca. O breve século XX no Brasil, para lembrar a alusão feita por Hobsbawm (1995), formatou-se como um período recheado de mudanças e grandes transformações, e a educação deu um salto quantitativo jamais imaginado.

A escola entrou na sociedade. Passou a assimilar negros e pobres, filhos de vadios e desafortunados. As crianças foram colocadas na escola. Se, por um lado, essa massificação foi extremamente positiva em termos de inclusão social, por outro, demonstrou falta de preparo dos educadores para aplicar uma ação pedagógica de melhor qualidade – fato que culminou numa crescente desqualificação das condições de trabalho dos professores. Apesar de todas essas dificuldades, a escola chegou às periferias e os filhos dos “vadios” passaram a ocupar os bancos escolares, o que representou importante avanço na direção de reverter o destino e construir um caminho que não se restringisse ao círculo vicioso da pobreza e da marginalidade.

Com a ampliação do acesso à escola e a conseqüente mudança na estrutura de relações sociais, o fenômeno da violência entrou no espaço escolar. A complexificação da sociedade, o aumento populacional, a continuidade do abismo social, separando ricos e pobres no Brasil, e a presença de unidades escolares em praticamente todos os cantos das cidades

---

são alguns dos fatores que auxiliam na explicação da violência nas escolas. Em suma, as escolas não se tornaram mais um nicho de violência, elas surgiram num contexto social assaz violento e incorporaram esse comportamento.

## 2 Escola, mais um espaço de disputa social

Outro fator interessante nas relações de poder que perpassam a sociedade é a balança que demarca as oportunidades angariadas pelos diferentes grupos sociais. Segundo Elias (1994), mesmo os indivíduos desprovidos de poder político ou econômico, tais como os inválidos, os sem-teto, os sem-terra, os sem-emprego, os sem-renda, os analfabetos, colocam seu peso na balança social de poder, especialmente numa sociedade em processo de consolidação democrática, na qual o voto é uma prerrogativa quase universal e definidora dos vencedores nos processos de disputa pelo poder político. A opção pela ação violenta é uma estratégia de disputa por oportunidades e poder, que não está descartada por atores imbricados na trama social. Portanto, em qualquer urbe, a violência se faz presente.

No Brasil, a escola pública é um dos palcos onde se travam essas disputas sociais, não apenas por servir a um sistema freqüentemente gerador de desigualdades, mas por representar uma das raras possibilidades de melhoria de vida para os mais pobres. Em que pesem as diferenças de oportunidades de acesso à educação formal e aos bens culturais entre os diferentes segmentos sociais, a escola caminha na direção de se tornar lugar comum na vida de uma grande parcela da população. Do ponto de vista histórico, essa inclusão escolar representa um avanço inegável

na ampliação de oportunidades de qualificação em termos de conhecimento para indivíduos oriundos dos estratos menos abastados da sociedade. Evidentemente, os filhos das elites e os dos segmentos menos abastados não partilham os bancos das mesmas escolas, o que configura, no Brasil, dois sistemas educacionais bem distintos: a educação de qualidade para os ricos e o acesso à escola de qualidade precária para os pobres.

Esses dois sistemas distintos de educação formal se constatarem de várias formas, seja no acesso aos níveis mais elevados do ensino (concorrência às vagas para os cursos mais requisitados nas melhores universidades), seja pelo vivenciar experiências complementares à boa formação cultural e profissional (acesso aos cursos de informática e de línguas estrangeiras e às aulas particulares de reforço), ou mesmo no tipo de violência intramuros escolares.

A violência nas escolas, ou melhor, a que geralmente aparece relatada nos órgãos de imprensa, invade, especialmente, as instituições escolares onde estudam os mais pobres. As escolas das periferias são as que mais experimentam o sabor da violência no interior de seus muros. Não que violência e pobreza sejam fenômenos indissociáveis. No entanto, se nos ativermos especificamente aos órgãos de imprensa, verificaremos que a mídia costuma enfatizar a participação de segmentos menos abastados da população, numa associação, quase imediata, entre os fenômenos pobreza e violência. Sobre isso, faz-se necessário destacar que nem toda violência que ocorre é relatada. A imprensa é um ator no jogo social que propugna interesses das elites e atua na direção de produzir “verdades”<sup>4</sup>. Ademais, apenas recentemente, algumas formas de violência, como o assédio moral e a discriminação racial, receberam o *status* de “infrações” no código civil/penal.

---

A Associação de Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (APEOESP) fez campanha de grande visibilidade em 1999, com o objetivo de combater a violência nas escolas públicas. Após diversas manifestações de violência e mortes de alunos nas saídas das escolas, em geral nas periferias de grandes cidades, a entidade tomou a iniciativa de debater o problema e apontar soluções. Esse confronto deu origem a duas correntes de pensamento: a primeira – mais próxima de posições políticas conservadoras – tendia a estimular o aumento da presença da polícia próximo aos portões das escolas, com a instalação de câmeras e outras parafernálias que apenas inibiriam manifestações de violência, mas não avançariam no âmago da questão. A segunda vertente, mais alinhada com o pensamento esquerdista dos diretores daquela associação, entendia a violência como um problema social decorrente da falência de políticas públicas para enfrentamento das ditas “causas sociais da violência”: desemprego, miséria, exclusão social. Para essa corrente, a escola deveria ser entregue à comunidade, ou seja, teria de abrir seus portões nos fins de semana, integrar a população das periferias ao cotidiano escolar, conchamar os moradores vizinhos a frequentar suas dependências e a participar de programas de caráter sociorreativo e esportivo.

De certa forma, o governo paulista adotou a idéia, implementando o programa Escola da Família. Nessa perspectiva, a comunidade se sentiria partícipe do cotidiano escolar, a escola não seria, portanto, mais um espaço estatal distante dos moradores. O programa, em suma, propunha que os moradores vizinhos interagissem em afazeres de passatempo ou, até mesmo, cumprindo pequenas tarefas de manutenção no interior das escolas.

É importante lembrar que os *sites* produzidos na internet e os grupos de trabalho constituídos pelo

Ministério da Justiça para apresentar propostas de soluções, diluíram-se e não estão mais disponíveis – afinal, no decorrer de 2006, a repercussão desse problema e o debate gerado parecem ter sido esquecidos. De qualquer forma, as duas estratégias de ação apresentadas não chegam ao cerne da questão. Ambas miram apenas o controle externo da violência, buscando afastar potenciais agentes das entranhas da escola. Em conjunto, as estratégias de combate à violência produzem resultados significativos, mas não resolvem o problema, pois a violência vincula-se também ao controle interno, que implica o aumento de patamares de autocontrole das emoções. Todavia, consideramos que a luta contra a violência urbana passa, inexoravelmente, pela maximização de oportunidades econômicas aos indivíduos que, por forças humanas e extra-humanas, foram extirpados da sociedade legal, da sociedade produtiva.

Parafraseando Elias (1994), tanto as estruturas sociais quanto as psicológicas dos indivíduos caminham juntas, ou seja, não basta modificar as ações de combate à violência, pois as estruturas psicológicas dos indivíduos transformam-se lentamente e ao sabor de um processo temporal de longo prazo. Nesse contexto, a deficiência, em termos de autocontrole das emoções, associada à busca de alternativas de ganho fácil, recrudescer as manifestações de violência e, conseqüentemente, alimenta o ciclo vicioso, simbolizado por uma ciranda em que o filho do “vadio” dificilmente tem um destino diferente que o de seu preceptor.

É por meio da violência física, desafiando as normas de conduta e agindo na marginalidade e na ilegalidade, que alguns indivíduos se rebelam socialmente e manifestam, peremptoriamente, seu peso na balança social de poder. Ao adotar essa postura, buscam contrariar a dinâmica da civili-

---

zação, que prima pelo aumento nos patamares de autocontrole das emoções e dos afetos, bem como pela abstinência à violência física.

Marginais, bandidos, malandros e vadios ocupam espaço nas disputas por oportunidades econômicas, de maneira ilegal e, muitas vezes, recorrendo à violência física. Nesse contexto, roubos, furtos, depredações, tráficos e a expectativa de ganhos pela via da marginalidade emergem como alternativas de disputa por oportunidades de acesso ao dinheiro e ao reconhecimento social, dadas as dificuldades em competir no mercado de trabalho legal. Diante disso, a ilegalidade, a criminalidade e a marginalidade soerguem como opções naturais nas histórias de vida dessas pessoas, cujas possibilidades de ascensão social são praticamente nulas. Diga-se de passagem, a ilegalidade e a violência geram empregos diretos e indiretos, como revelou Alba Zaluar<sup>5</sup> em sua pesquisa a respeito das favelas do Rio de Janeiro.

Segundo Regis de Moraes (1981, p. 11), “[...] a violência é o pão nosso de cada dia [...]”. Este autor apresenta sua resignação com a realidade urbana, em que a violência, as balas perdidas, os conflitos que envolvem luta física, os ladrões, os infratores, os corruptos e os corruptores impedem os cidadãos de viver em paz. De acordo com Georges Duby (1998), a violência faz parte da história dos homens e está entre os principais medos da humanidade. Violência e civilização não são fenômenos excludentes, aliás, retomando o pensamento de Elias, processos civilizadores e descivilizadores caminham no mesmo compasso, e a violência, nesse contexto, é um componente descivilizador, na medida em que manifesta o descontrole individual e social dos impulsos e das paixões dos indivíduos. Nessa perspectiva, o combate à violência não pode prescindir da apreensão científica do problema e

do entendimento de que esse fenômeno, mais do que um componente da estrutura social, é uma estratégia de disputa pelo poder e por oportunidades, que está arraigada na estrutura psicológica dos indivíduos.

Em seu trabalho, Erich Fromm (1987) faz distinção entre comportamentos violentos benignos e malignos. A agressividade benigna seria um comportamento indispensável à preservação da vida e da espécie humana, um padrão benquisto, necessário em processos de disputa por recursos naturais e na defesa da prole, observado, por exemplo, quando os humanos extirpam animais ferozes, atacam para comer ou partem para agressão em defesa de seus filhos. Em síntese, o indivíduo não luta apenas para obter o alimento imprescindível à sua subsistência, mas também para se proteger, uma vez que, eventualmente, poderá vir a ocupar o lugar da “caça”. Nessa perspectiva, ações de autodefesa justificam-se por si sós. Diferentemente, a agressão maligna expressa a faceta desumana do humano. Figuram, nessa modalidade de agressividade, as guerras, os regimes políticos totalitários e a eliminação do outro pelo desejo imediato de dominação e destruição.

Embora essa classificação seja interessante, enfatizamos a idéia de que a manifestação de violências, especialmente da agressão física, impõe-se como uma ferramenta sempre presente nas relações humanas, podendo ser utilizada a qualquer momento, com resignação ou convicção, na certeza de que faz parte das regras do jogo social – um jogo complexo e assaz implacável para com os mais fracos. Nesse contexto, ganha destaque uma característica peculiar e que legitima a escola pública como instrumento que equilibra as relações de poder na sociedade: a sua capacidade de fortalecer os mais fracos.



### 3 Considerações finais

Neste artigo, empreendemos uma análise alternativa para pensar o problema da violência nas escolas. Mais do que um problema escolar, a violência nas escolas é consequência imediata da violência urbana, das balas perdidas que encontram corpos inocentes no cotidiano das grandes cidades.

É fundamental que as políticas de segurança pública tenham atuação específica no enfrentamento da violência escolar; no entanto, não haverá solução imediata se não houver concomitante diminuição dos patamares de violência nas cidades.

Pensar o fenômeno violência descolado do processo de civilização do humano pode provocar visão míope da dinâmica social. Na atual conjuntura social brasileira, a escola é o elemento novo; a violência é velha conhecida, uma constante na formação social do Brasil.

Mais do que um “aburguesamento” das relações sociais, a utilização do diálogo, ou melhor, a parlamentarização das relações, constituindo a natureza humana, é um possível caminho para a pacificação social, a transição do uso de armas e agressão física para o uso da conversa, da estratégia, da observação e da disputa social, prescindindo da violência e agressividade.

#### Education for the elites, school for the idles and violence for all people

In this text, we discuss about the violence in school as a problem of civilizing process. We understand that school do not become more violent than it was in the past. It happened because the public school extended its access, starting to accept social segments that before were excluded from formal

education, so, inserted itself into the environment of violence that devastates the big Brazilian cities. The Brazilian school system became separated in two: the public school, with less quality and spreading for all the big cities` suburbs to include poor kids; and education with quality, the private schools, where the elite’s kids study. It was the transformation of Brazil into “Belíndia”, Belgian for few and Indian for the majority.

**Key words:** Elites. Idles. School. Violence.

### Notas

- 1 Foucault analisa a violência física e o suplício do corpo de condenados à prisão, discutindo a história da violência nas prisões, especialmente, nos séculos XVIII e XIX.
- 2 Norbert Elias, sociólogo alemão, é precursor do modelo de análise sociológica denominada “Sociologia configuracional”. Entre seus trabalhos, o de maior repercussão é *O processo civilizador* (1994), em que o autor constrói conceitos fundamentais para entender a mudança no padrão de comportamento e o controle das emoções, como elementos centrais no devir da humanidade.
- 3 Cf. SIMÕES, 2005.
- 4 Sobre a idéia de que a imprensa atua para produzir fatos e defender interesses de grupos sociais específicos, ver LIMA SOBRINHO, Barbosa, 1997.
- 5 ZALUAR, 1983. Nesse texto, Zaluar discute os papéis desempenhados por jovens moradores de favelas cariocas no trabalho com o tráfico de drogas.

### Referências

ASSOCIAÇÃO DE PROFESSORES DO ENSINO OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO (APEOESP). Disponível em: <[www.apeoesp.org.br](http://www.apeoesp.org.br)>. Acesso em: 10 jul. 1999.

DUBY, G. *Ano 1000, ano 2000 – na pista de nossos medos*. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

- 
- ELIAS, N. *Introdução à sociologia*. Braga: Edições 70, 1980.
- ELIAS, N. *O processo civilizador – uma história dos costumes*. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.
- FERNANDES, F. *A Integração do negro na sociedade de classes*. 3. ed. São Paulo: Ática, 1978.
- FOUCAULT, M. *Vigiar e punir*. 23. ed. São Paulo: Vozes, 1999.
- FROMM, E. *Anatomia da destrutividade humana*. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.
- HOBBSBAWM, E. *Era dos extremos – o breve século XX (1914-1991)*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- LIMA SOBRINHO, B. *O problema da imprensa*. 3 ed. São Paulo: Edusp, 1997.
- MORAIS, R. *O que é violência urbana*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- SIMÕES, J. L. *Escola para as elites, cadeia para os vadios – relatos da imprensa piracicabana (1889-1930)*. 2005. Tese (Doutorado em Educação)- Faculdade de Educação, Universidade Metodista de Piracicaba, Piracicaba, 2005.
- WEBER, M. *Ciência e política – duas vocações*. 2. ed. São Paulo: Cultrix, 1972.
- ZALUAR, A. Condomínio do diabo: as classes populares urbanas e a lógica do ferro e do fumo. In: PINHEIRO, P. S. (Org.). *Crime, violência e poder*. 1. ed. São Paulo: Brasiliense, 1983. p. 249-277.

recebido em 27 mar. 2006 / aprovado em 13 jun. 2006

Para referenciar este texto:

SIMÕES, J. L. Educação para as elites, escola para os vadios e violência para todos. *Dialogia*, São Paulo, v. 5, p. 93-100, 2006.